

COMUDA
Conselho Municipal de Políticas Públicas para a Droga e o Álcool
IV Reunião Ordinária
9 de junho, Ed. Martinelli – 10º andar

Presentes

MEMBROS TITULARES: CRISTINA MARIA VISCOME (SMADS), AIRTON JOSÉ MARANGON (SMC), EUCLIDES CONRADIM (GCM), LEONARDO PINHO (INCLUI MAIS), NATHÁLIA OLIVEIRA DA SILVA (É DE LEI), ANTÔNIO SÉRGIO GONÇALVES (SEDES), MYRES MARIA CAVALCANTI (SMS), LEDA SUELI DE ARRUDA MARTINS (SEME), AIRTON JOSÉ MARANGON (SMC), CAIO IAMAGUCHI (SNJ), EUCLIDES CONRADIM (GCM), BRUNO TORTURRA NOGUEIRA (REDE PENSE LIVRE), BRUNO LOGAN (CRP), MARIA ELISABETH TASSINARI (CRF/SP) GISELE NANINI MATHIAS (SEE).

MEMBROS SUPLENTE: STELLA MARIS COLONATTO (INCLUI MAIS); SILVIA OLIVEIRA SAMPAIO (PROJETO QUIXOTE)

MEMBROS COM AUSÊNCIA JUSTIFICADA: CRISTIANO MARONNA (IBCCRIM), ROGÉRIO TAFFARELLO (IBCCRIM), MARIA SILVIA CAVASIN MATANÓ (SME), CID VIEIRA DE SOUZA FILHO (OAB), ROSÂNGELA ELIAS (SES).

DEMAIS PRESENTES: ROGÉRIO SOTTILI (SMDHC), LUCIANA TEMER (SMADS), JOSÉ ALEXANDRE (SDTE), MARIA ANGÉLICA COMIS (SMDHC), MIRMILA MUSSE (SMS), JULIANA BUENO (SMDHC), JOANA ZYLBERSZTAJN (SMDHC), VITOR BASTOS (SMDHC), MARIA LISABETE SANTIAGO (SMDHC).

Pauta

Apresentação Técnica e Discussão do Programa Braços Abertos (PMSP) e do Programa Recomeço (GESP);
Aprovação do novo Regimento Interno;

Informes:

A Sra. Maria Angélica Comis (SMDHC) informou que a Sra. Rosangela Elias, responsável pela apresentação do programa “Recomeço”, justificou sua ausência por motivos de saúde.

Discussão

O Secretário Rogério Sottili (SMDHC) iniciou a reunião do Comuda informando que após as falas dos representantes do programa De Braços Aberto haveria um espaço para comentários e questionamentos e, havendo tempo, a Coordenação de Direito à Cidade da SMDHC apresentaria o projeto de Ressignificação do Espaço Público. Disse que o programa De Braços Abertos está pautado em três pilares: a transversalidade,

a participação social e a redução de danos. Ressaltou que, para fortalecer a intersetorialidade do programa, o Prefeito Haddad nomeou o Sr. Maurício Dantas, ex-Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Sé para Coordenar os Trabalhos de Campo. O Secretário encerrou sua fala informando que a Secretária Luciana Temer teria que deixar a reunião às 15h00 em razão de outros compromissos.

Secretária Luciana Temer (SMADS) relatou que os trios da SMADS, SMS e SDTE entraram em consenso a respeito de 23 pessoas que estão ansiosas para assumir outras atividades e estão aptas para tal. Informou que a maioria delas ainda faz uso, mas um uso controlado que permite suas atividades regulares.

Sr. José Alexandre (SDTE) informou que o processo de construção do Programa é permanente e esse é seu principal objetivo. Além do resgate da cidadania, ressaltou que as condições físicas e mentais desses indivíduos também devem ser garantidas, afinal ainda são usuários de substâncias psicoativas. Disse que a primeira fase de zeladoria e varrição já passou, e existe uma perspectiva de colher novos frutos, e criar novas atribuições, como jardinagem.

A Sra. Myres disse que a atuação da Saúde lá se dava de forma passiva, mas hoje a Saúde começou a ser protagonista. No território, a Saúde tem três equipes de acolhimento e 4 CAPS e 4 UBS, e tem o espaço De Braços Abertos que é um espaço intersecretarial que acolhe as pessoas das 8h às 22h. Ressaltou que há uma preocupação em relação às mulheres, tendo em vista que elas representam 40% da população atendida. Informou que na semana anterior houve uma exposição sobre substâncias psicoativas no Vietnã e o programa “De Braços Abertos” estava presente nessa oportunidade.

O Sr. Leo Pinho disse que nas iniciativas de qualificação do programa “De Braços Abertos”, a proposta da estufa no Prates foi uma boa iniciativa, pois retorna algo que já existia, mas foi abandonado pela gestão anterior. No entanto, apontou que quando implementaram essa ação, não fizeram algo básico que é a consulta aos usuários que participavam desse projeto anteriormente, cuja grande maioria é vinculada ao CAPS-AD do Complexo Prates, que já reivindicavam a reabertura daquele espaço. Relatou que alguns usuários do equipamento interpretaram que teriam que usar substâncias psicoativas na Luz para ter acesso ao projeto que participavam anteriormente. O Sr. Leo disse ter uma lista desses usuários do Prates que querem participar da horta. Relatou que foi feita uma assembléia e eles apresentaram os nomes dos usuários que já participavam e que querem participar, e ainda reafirmaram o interesse de compartilhar aquele espaço com os usuários do “De Braços Abertos”. Disse que sua segunda colocação direcionada à SDTE: no Brasil inteiro as principais experiências de inclusão pelo trabalho para essa população não é focado apenas no trabalho formal nem na prestação pública, mas sim através de trabalhos coletivos, portanto gostaria de colocar essa preocupação de não limitar a busca apenas ao mercado formal, pois muitos não estão aptos para participar dessa categoria de trabalho. Ressaltou que esses projetos que visam trabalhos coletivos não só dão autonomia social e política, mas a médio prazo gera independência de atuação em outros territórios e parceiros, e isso estimula a autonomia do usuário e do poder público.

A Sra. Luciana disse que de fato o Sr. Leo já havia lhe chamado atenção a respeito do Prates e realmente não havia lhe ocorrido e disse que se responsabilizou em falar com o Sr. Alexandre e esqueceu. Disse que não há nada que impeça a participação dessas pessoas e que concorda que o trabalho formal não é a melhor opção para as pessoas que estão lá, mas é preciso entender que há uma ansiedade de muitas pessoas que estão no programa que se sentem aptas a assumir novas responsabilidades. Disse que estão tentando trabalhar com essa lógica das pessoas que querem avançar e que continuarão sendo acompanhadas pela assistência social e pela saúde em um equipamento que estamos desenvolvendo que seria uma espécie de residência/república.

Sr. José Alexandre disse que desde que a SDTE se apresentou para fazer a reforma, foram procurados por um grupo e uma assistente social que lhe informou desse trabalho pré-existente. Ressaltou que, principalmente por estarem ali, é natural que participassem das atividades, mas que uma assistente social ficou lhe devendo um material escrito para encaminhar essa demanda. Disse ainda que este é um projeto que parece consistente e é importante fazer a pactuação com os usuários do Prates.

Sra. Luciana questionou quantas pessoas constam na lista citada pelo Sr. Leo. O Sr. Leo disse que são entre 8 e 12 pessoas.

Sra. Luciana indagou o Sr. Jose Alexandre se não seria possível criar um pacto com as pessoas do Prates para que eles façam uma oficina de capacitação e disse ao Leo que se compromete a marcar uma reunião com esse grupo.

O Sr. Leo disse que entrará em contato para marcar a reunião.

A Sra. Nathalia questionou a Sra. Luciana a respeito da abordagem da assistência social nos hotéis. A Secretaria informou que a abordagem pode ser tanto no âmbito do hotel como na rua, mas também é importante que esse vínculo cotidiano permita espaços de privacidade.

A Sra. Nathalia questionou se há pessoas de fora do Centro procurando esse Programa. A Sra. Luciana disse que foram priorizadas as pessoas que estavam há muito tempo na região, mas que há a possibilidade de expansão que inclusive já está sendo conversado.

A Sra. Nathalia questionou a relação com o território da Luz, questionou se há uma interlocução do Programa pensando neste ponto.

O Sr. Rogério Sottili disse que o Prefeito desde o inicio prezou por um projeto simples, e encontrasse em um momento do programa em que começamos a pensar sobre a situação deles naquele território e dali para frente. Informou que a Sra. Diná da Coordenação de Direito a Cidade da SMDHC faria essa apresentação sobre o Projeto de Ressignificação do Espaço Público.

A Sra. Diná disse que conforme o Programa foi avançando a SMDHC, partindo da discussão do direito a cidade e ocupação do espaço pela cidadania. Antonio Sergio disse que na administração do Instituto Sedes há o reconhecimento de um passo importante nessa administração.

Bruno Torturra se referiu à experiência de Portugal e o embasamento legal que existe para fazer políticas de redução de danos. Disse que foi hoje pela manhã no Braços Abertos, e viu muito a Presença do Programa Recomeço e do Centro que foi planejado pelo Ronaldo Laranjeira em frente ao Braços Abertos. Disse que se preocupa com o viés ideológico que o uso de comunidades terapêuticas e o grupo do Sr. Laranjeira representa. Disse também que o COMUDA deve ser mais ativo em termos de produção de políticas para o Brasil inteiro. Disse ainda que o Braços Abertos não consegue realizar pesquisas médicas e científicas que já são comprovadas efetivas em todo o mundo. Ressaltou que não há nem o mínimo de sistematização, que seriam os dados referentes às substâncias apreendidas.

A Sra. Nathália disse que gostaria de fazer considerações a respeito do Programa desenvolvido pela SMDHC, de ressignificação do território da Luz. Disse que fica preocupada com ações culturais que não se propõem a serem ações permanente para o bairro.

O Sr. Sottili disse que não acha que uma coisa exclui a outra, uma vez que o programa esta em constante avaliação e construção.

O Sr. Leo Pinho disse que apesar do discurso de que o programa não é só pra Luz, ainda sente que as ações estão voltadas somente para a Luz. Relatou que tem conhecimento de diálogos que estão em andamento na zona Sul, Leste e Oeste, onde já existem, inclusive, locais mapeados para essa ampliação. No entanto, questionou se já existe um cronograma para essa ampliação, pois o mesmo modelo não pode ser replicado nesses espaços. Disse que a população em situação de rua está argumentando que há regiões de grandes bolsões de populações vulneráveis e que essa demanda fortalece a percepção de sucesso do tipo de intervenção, pois quem está de fora quer participar. Sugeriu criar, juntamente à SDTE, um período de financiamento de projetos culturais e de geração de trabalho e renda, principalmente a partir da incubação de cooperativas. Disse que o Governo Federal criou o Comitê Nacional de Apoio ao Cooperativismo, e já foi desenvolvido um projeto que está na mão do Sr. Artur para instituir um Comitê para desenhar a política pública, portanto, propôs que fosse deliberado pelo Comuda um posicionamento pela aprovação deste projeto. Disse que é preciso disputar o território para que ele seja da cidadania e por isso estão discutindo a ideia de criar um ponto de cultura naquele espaço, pois seria um passo fundamental para protegê-lo da especulação imobiliária. Apontou dois sentidos para esse sistema integrado de inclusão social: produção de alimento e reciclagem. Citou um exemplo de cooperativa de alimentos, em Campinas, onde o próprio usuário produz a comida que vai para os CAPS e outra que é a criação de uma cooperativa de catadores.

Sr. Sottili informou que não há ainda um cronograma de expansão do projeto e, em relação ao Ponto de Cultura, disse que é um equipamento perfeito para o espaço e há como trabalhar nessa perspectiva. Disse que concorda que é preciso disputar aquele espaço e o simples fato de trabalharmos com a ressignificação demonstra que estamos sendo incisivos nessa etapa. O Sr. Sottili pediu que essa parte das intervenções se transformasse em uma ata sintética para que possamos dar encaminhamento às propostas apresentadas aqui hoje.

Sr. Leo pediu que além de as propostas serem discriminadas, que sejam encaminhadas para o Prefeito Haddad, inclusive gostaria de aprovar que haja uma reunião com a Rosangela Elias para discutir o Programa Recomeço, portanto se não houver discordância gostaria de aprovar isso enquanto uma deliberação do Comuda.

A Sra. Nathalia questionou a representação do Comuda no GEM. A Sra. Angélica relatou que essa representação deverá ser decidida na próxima reunião e submeteu à plenária a proposta de deliberação do Sr. Leo Pinho.

A Sra. Myres reforçou o que o Sr. Bruno colocou a respeito da proposta do equipamento em frente ao De Braços Abertos, pois o dinheiro que está sendo gasto em um espaço que já possui um equipamento para tratar da política pública de substâncias psicoativas.

O Sr. Leo Pinho sugeriu que chamássemos uma reunião extraordinária com a Sra. Rosangela Elias para podermos nos apropriar do programa Recomeço e termos um posicionamento claro do Comuda em relação a esse serviço. Disse ainda que o Sr. Bruno trouxe uma questão extremamente relevante, os impedimentos que a legislação impõe ao desenvolvimento de pesquisas que favoreçam o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências. Sugeriu que preparássemos uma reunião ampliada do Comuda para discutir esse tipo de problema.

A partir dessa última proposta do Sr. Leo, o Sr. Sottili sugeriu que o Comuda trabalhe pela realização de um Seminário Internacional sobre a temática de políticas sobre substâncias psicoativas. Disse que, recentemente, em uma visita a Portugal para conhecer as experiências de políticas públicas sobre o tema em questão, esteve com o João Goulão, quem se colocou à disposição para nos retribuir a visita.

O Sr. Leo sugeriu que tragamos para a próxima reunião do Comuda sugestões de nomes e mesas para encaminhar essa proposta.

Esgotadas as inscrições de fala com relação à primeira pauta da reunião, a Sra. Angélica deu continuidade à próxima pauta, passando a palavra para a Sra. Juliana explicar algumas alterações no processo de formulação do novo Regimento Interno.

A Sra. Juliana começou sua fala a partir da pauta das comissões temáticas, já que duas comissões temáticas fixas para o Comuda foram criadas com o novo regimento: comissão de políticas públicas e outra de assuntos legislativos. Ressaltou que há um número mínimo de membros por comissão e não há um número máximo de

representantes. Disse que foram três reuniões extraordinárias para realizar as alterações e reestruturar a forma como os trabalhos do Comuda estavam organizados, tirando e diluindo a centralidade da figura do presidente e dando mais poderes ao conjunto dos conselheiros. Disse que enviaram por e-mail o regimento e que, se não houvesse destaques, poderíamos prosseguir com a sua aprovação.

Encaminhamentos e Decisões:

Novo Regimento Interno aprovado por consenso;

Periodicidade das reuniões ordinárias firmada e passaram a ocorrer toda primeira terça-feira do mês, no período da tarde, entre as 14h00 e as 16h30.